

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

THE UNIVERSITY EXTENSION IN SEXUAL VIOLENCE PREVENTION

Ludmila Fontenele Cavalcanti¹, Luciana Patrícia Zucco², Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva³

¹ Doutora em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira da FIOCRUZ. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Assistente Social, Advogada e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino. Membro do Conselho Deliberativo do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro. Endereço: Rua Gustavo Sampaio, 208 apto. 1201 – Leme. Rio de Janeiro/ RJ. CEP 22.010-010. Telefone: (21) 2542-8062. Fax: (21) 2244-0044. E-mail: ludmario@terra.com.br

² Doutoranda em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira da FIOCRUZ. Professora Assistente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Assistente Social e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino.

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Assistente Social e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino.

Resumo

O presente relato descreve a contribuição da academia na construção da política de saúde da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (SMS/RJ) voltada para a prevenção da violência sexual. O Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) participa da qualificação das ações municipais no campo da saúde reprodutiva, ao longo de uma década. A proposta do Núcleo ancora-se na noção de uma universidade pública preocupada com as questões que envolvem a sociedade, onde a extensão é validada como processo capaz de articular ensino e pesquisa às demandas da realidade na qual está inserida. A violência sexual torna-se, portanto, um dos temas centrais do Núcleo, entendida como grave problema social e de saúde pública. O desenvolvimento de ações de prevenção da violência sexual exige a compreensão dos princípios organizativos da política de saúde, especificamente da política de prevenção e de tratamento dos agravos resultantes da violência sexual; o domínio da discussão de gênero e de sexualidade; o olhar interdisciplinar; a integralidade de projetos e programas sociais situados no âmbito da saúde e de outras políticas sociais; a incorporação da realidade dos serviços de saúde ao ensino das profissões; a qualificação das práticas profissionais.

Descritores: Violência; Serviços de Saúde; Prática Profissional

Abstract

The present article describes the universities' contribution to the construction of the health policies in the Secretaria Municipal de Saúde do Rio De Janeiro (SMS/RJ) faced towards the prevention of sexual violence. The Nucleus of Reproductive Health and Feminine Work of the Escola de Serviço Social of Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) has participated in the qualification of the municipal actions in the field of reproductive health, for one decade now. The proposition of the Nucleus anchors in the notion of a public university concerned about the questions involving the society. In this case, the extension is validated as a process capable of articulating education and research to the demands of the reality in which it is inserted. The sexual violence becomes one of the central subjects of the Nucleus, and it is understood as a serious social and public's health problem. The development of preventive actions of sexual violence demands the understanding of the health policies principles, specially the sexual violence prevention policy and treatment; the full understanding of gender and sexuality discussion; the interdisciplinary vision; the integration of projects and social programs in the scope of the health and the others social policies; the incorporation of the health services reality to the profession's education; the qualification of the professional practices.

Keywords: Sexual Violence; Health Services; Professional Practice

INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a extensão é, nos anos 80, compreendida como ação política, estratégia democratizante e metodologia voltada aos problemas sociais. É a partir dessa premissa que se define a extensão como processo que consolida a aproximação da produção de conhecimento e da formação profissional à diversidade de situações sociais, na qual os futuros profissionais atuarão.

Considera-se que a violência sexual contra a mulher é um dos problemas sociais enfrentados cotidianamente pelos profissionais de saúde. Em muitos casos, esses não se sentem preparados para um pronto atendimento ou desconhecem os procedimentos necessários e imprescindíveis de serem realizados nas situações de violência sexual.

A violência sexual contra a mulher é uma forma de controle e subordinação da sexualidade e do corpo feminino, através da imposição do desejo sexual de outrem¹. Constitui-se numa violação dos direitos humanos e é reconhecida como um problema social e de saúde pública, com importante impacto econômico².

O Ministério da Saúde, em 1999, ao adotar tal concepção, através da Norma Técnica "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes" avança no sentido de dar visibilidade ao problema e de garantir estratégias de enfrentamento à violência sexual contra mulheres e adolescentes.

A implantação das ações de prevenção e tratamento à violência sexual nas unidades municipais de saúde prevê, desde então, equipes profissionais qualificadas para o desenvolvimento do trabalho. Cabe, portanto, à academia considerar a relevância do processo de implementação das ações de prevenção e de enfrentamento da violência sexual e a participação dos diferentes atores que integram a viabilização desse direito. Nesse sentido, esse relato descreve a contribuição da Universidade na construção da política de saúde da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (SMS/RJ) voltada para a prevenção da violência sexual.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA EXTENSÃO

A Constituição de 1988, em seu artigo 205, define educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, tendo a sociedade como sua colaboradora para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse artigo contempla a noção de que o ensino e a produção de conhecimento se fazem a partir da aproximação à diversidade de situações sociais. Tal definição explicita a valorização da extensão como um dos pilares da universidade pública, reafirmada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da Carta Magna.

A extensão universitária é aqui considerada como processo educativo, cultural e científico. Nele viabilizam-se, através da formação profissional cidadã, novas relações entre universidade e sociedade, operando a devolução da produção acadêmica e, contribuindo, conseqüentemente, para potenciais mudanças no conjunto da sociedade.

O objetivo da extensão universitária é intervir na solução de problemas de relevância social e técnica da sociedade, além de assessorar e colaborar na organização dos novos movimentos sociais. Nesse sentido, a produção de conhecimento seria resultante da troca de saberes sistematizados, ou seja, do saber acadêmico e do saber popular, ressaltadas suas especificidades. Dito de outra forma, a relação ensino, pesquisa e extensão possibilita a democratização do conhecimento, a participação qualificada da comunidade, a produção acadêmica resultante do confronto com a realidade, o processo dialético entre teoria e prática e a noção de extensão como trabalho interdisciplinar, favorecendo a visão integrada do social.

O resultado dessa visão de extensão traz a possibilidade de acordos e ações coletivas entre universidade e sociedade, para além das demandas do mercado - *cidadão consumidor*, reafirmando a manutenção do caráter universalista, a promoção e a garantia dos direitos sociais - *cidadão de direitos*³.

É a partir dessa concepção de extensão universitária que o Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio

de Janeiro (ESS/UFRJ) desenvolve suas atividades através de quatro áreas de atuação responsáveis pela consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão: a) relativas à qualificação profissional; b) relativas à qualificação da atenção à saúde reprodutiva; c) relativas à avaliação e monitoramento das políticas sociais públicas; d) relativas à formação profissional do aluno, através do ensino da prática (estágio).

O caráter extensionista do Núcleo é respaldado por um arcabouço teórico-metodológico advindo das ciências sociais e humanas, com ênfase nas discussões relativas à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Sua atuação permite viabilizar e fortalecer o compromisso da universidade pública em atender demandas reais e emergentes do Município do Rio de Janeiro. Propicia, ainda, respostas na alteração de problemas detectados no quadro epidemiológico da saúde sexual e reprodutiva, a exemplo da violência sexual contra a mulher.

O NÚCLEO NAS AÇÕES PÚBLICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

A violência sexual é referida a relações sexuais não consentidas no domínio do corpo e da sexualidade, especialmente a feminina⁴⁻⁶. A força e a ameaça são algumas das formas usadas pelos perpetradores para forçar o sexo.

A violência sexual contra a mulher é analisada como um problema cultural fortemente estruturado na sociedade patriarcal. Ou seja, as manifestações dessa violência se inserem numa cultura onde a maneira como as mulheres se vêem e como são vistas são fatores importantes no reforço ao controle da sexualidade, à dominação masculina, às discriminações e aos preconceitos de gênero.

Observa-se um consenso nas pesquisas^{2,7} quanto a considerar que na maioria das vezes a violência sexual é cometida por autores conhecidos das mulheres (esposo, companheiro, familiares), ainda que haja uma certa imprecisão quanto à sua quantificação.

No caso brasileiro, 10,1% das mulheres em São Paulo e 14,3% na Zona da Mata pernambucana relataram já haver sido forçadas fisicamente a ter relações sexuais

quando não queriam, ou forçadas a práticas sexuais por medo do que o parceiro pudesse fazer, ou forçadas a uma prática sexual degradante ou humilhante⁸.

Os efeitos da violência sexual, capazes de produzir na mulher seqüelas físicas e psicológicas, também, têm se tornado visíveis com a publicização da discussão do fenômeno. As mulheres atingidas ficam mais vulneráveis a outros tipos de violência, à prostituição, ao uso de drogas, à gravidez indesejada, às doenças ginecológicas, aos distúrbios sexuais, à depressão, ao suicídio e às doenças sexualmente transmissíveis.

As numerosas conseqüências que a violência sexual acarreta à saúde sexual e reprodutiva apontam para a necessidade de uma atenção diferenciada no seu enfrentamento. Contudo, a mulher que é vítima, geralmente, enfrenta obstáculos para ter acesso a esta atenção. Mais que isso, os serviços de saúde freqüentemente não identificam o problema da violência sexual, ainda que esta esteja na raiz dos problemas que as mulheres apresentam aos serviços⁹.

Observa-se que as ações públicas de prevenção da violência sexual correspondem a um processo vinculado às iniciativas do Ministério da Saúde¹, em resposta ao grave quadro de saúde apresentado. Em 1998, o Ministério da Saúde criou a Câmara Temática sobre Violência Doméstica e Sexual com o objetivo de propor e acompanhar o desenvolvimento de políticas específicas sobre o problema, vinculadas à Área Técnica de Saúde da Mulher e subordinadas ao Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes e Violência.

A partir daí, também em 1998, foi publicada uma Norma Técnica denominada "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes". Essa Norma é traduzida para os serviços sob o formato de protocolo, ou seja, um plano escrito que define, para uma realidade específica, os procedimentos que devem ser seguidos para identificar e responder apropriadamente às vítimas de violência sexual. O fluxo de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual deve ser estabelecido por hospitais de referência, por meio de um tipo de trabalho multiprofissional, de sensibilização das equipes e de seu treinamento numa perspectiva de garantia de direitos. Prevê, ainda, que as unidades com serviços de

ginecologia e obstetrícia constituídos devam estar capacitadas para o atendimento aos casos de violência sexual².

Na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ), a violência sexual se apresentou como um tema central do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Nos quatro últimos anos, a Gerência do PAISM desenvolveu iniciativas voltadas à implantação de serviços de referência na atenção às mulheres vítimas de violência sexual. Tais iniciativas priorizaram a capacitação dos profissionais de saúde, o foco nas maternidades de maior complexidade, a produção de materiais educativos e instrucionais e a realização de eventos para divulgação dos serviços.

Respondendo ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o Núcleo contribuiu com a consolidação das ações públicas de prevenção à violência sexual contra a mulher, reafirmando a estreita parceria estabelecida com a SMS/RJ. Dentre as ações realizadas pelo Núcleo, voltadas para a prevenção da violência sexual contra a mulher, destacam-se três áreas de intervenção.

A primeira refere-se à **qualificação profissional** realizada desde 2000. Essa compreende capacitações dirigidas aos profissionais envolvidos nas políticas públicas das seguintes instituições: SMS/RJ; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Grupo de Trabalho da Violência contra Criança, Adolescente e Mulher da SMS/RJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro; Abrigo de Mulheres do Município do Rio de Janeiro; Conselhos Tutelares e da Justiça de Juiz de Fora; Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro; Gestores do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura de Volta Redonda.

A segunda envolve a **qualificação da atenção à saúde reprodutiva** dirigida à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. No segundo semestre de 2002, os campos de estágio que integram o projeto de extensão do Núcleo promoveram ações educativas com os usuários dos serviços de saúde da SMS/RJ com o objetivo de dar visibilidade ao tema da violência sexual contra a mulher. Tal atividade integrou a Campanha da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro "A Paz no mundo começa em casa". Esta campanha foi considerada um espaço de debate e reflexão sobre temas que

afetam a cidadania da mulher. Desde 2003, o Núcleo vem participando da formulação e do acompanhamento das políticas públicas voltadas para a mulher no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, através da representação no Conselho Deliberativo do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM/RJ).

A terceira área de intervenção refere-se à **investigação sobre a temática**, efetivada por pesquisas e por uma tomada de opinião, envolvendo professores, alunos e assistentes sociais. A pesquisa denominada "Estudo das representações sociais na prevenção da violência sexual: a assistência pré-natal no Município do Rio de Janeiro" foi realizada no período de 2000 a 2003. Teve como objetivo analisar as ações da assistência pré-natal direcionadas à prevenção da violência sexual em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, segundo as representações e práticas dos profissionais de saúde.

A tomada de opinião denominada "Opinião da equipe de saúde sobre a atenção à violência sexual", realizada em dezembro de 2003, abordou a visão da equipe de saúde sobre a sua capacidade de identificar e responder às situações que envolvem violência sexual contra a mulher, bem como as dificuldades decorrentes dessa atuação.

Em 2004, iniciou-se a pesquisa intitulada "Prevenção da Violência Sexual: Avaliando a Atenção Primária no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)", que propõe avaliar a atenção primária nesta área através do mapeamento da produção de conhecimento relativo à prevenção primária da violência sexual e da análise da percepção dos profissionais de saúde envolvidos na atenção primária no PAISM. A pesquisa pretende, ainda, indicar alternativas que favoreçam a prevenção da violência sexual nas unidades primárias de saúde.

Integram a quarta e última ação, **atividades de formação profissional do aluno**, através do ensino da prática, da pesquisa e da extensão. O Núcleo vem incluindo a violência sexual na proposta didático-pedagógica das disciplinas de acompanhamento ao estágio supervisionado. Além da imersão no tema, foi viabilizada a elaboração de projetos de prevenção da violência sexual e de material educativo, possibilitando a realização de estratégias de

enfrentamento à violência sexual em 18 unidades de saúde campos de estágio.

Foi realizado, ainda, em parceria com os campos de estágio na área da saúde reprodutiva, em dezembro de 2003, o evento "Políticas e ações públicas de saúde na atenção à violência sexual: universidade, poder público e terceiro setor". Seu objetivo foi discutir as estratégias de enfrentamento contra a violência sexual no campo das políticas de saúde, através de exposições com especialistas, debates e apresentação de pôsters.

A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E SEUS DESAFIOS À ACADEMIA

O tema da violência contra a mulher vem adquirindo visibilidade, tanto no campo das políticas públicas quanto na academia, trazendo desafios aos serviços de saúde e à formação profissional dos assistentes sociais. No âmbito da UFRJ, tal fato pode ser observado através do número crescente de projetos de pesquisa na área da violência. Do total de projetos cadastrados, desde 1998, existem 40 projetos na área da violência, sendo 25 concluídos e 15 em andamento. Chama a atenção o fato de 19 projetos abordarem a violência cometida contra a mulher sob diferentes enfoques. Se, por um lado, os dados demonstram a preocupação crescente dessa Universidade em relação à violência contra a mulher, por outro, revelam a sua tímida produção de conhecimento sobre a temática, especificamente sobre a violência sexual.

Soma-se a isso, a frágil articulação entre o olhar investigativo da academia e as políticas sociais públicas voltados para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. A articulação dos serviços de saúde ao ensino das profissões deve integrar os esforços do PAISM, no âmbito da SMS/RJ e da UFRJ, na prevenção da violência sexual contra a mulher. Para tanto, cabe aos núcleos de pesquisa, como vem fazendo o Núcleo, a identificação de situações que comprometem esta integração, a exemplo:

1. da reafirmação de uma cultura androcêntrica, que reproduz estereótipos e solidifica percepções, sentimentos e ações sexistas e preconceituosas contra as mulheres;

2. da dificuldade dos profissionais identificarem as situações de violência sexual contra a mulher no cotidiano profissional;
3. da limitação quanto à capacidade profissional de atuar nas situações que envolvem a violência sexual contra a mulher;
4. da fragilidade das medidas de enfrentamento à violência sexual contra mulher;
5. da dificuldade de realização de trabalho interdisciplinar e intersetorial;
6. do distanciamento dos conteúdos relacionados à sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos na abordagem das situações de violência sexual contra a mulher;
7. da ausência de articulação entre os procedimentos técnicos e os direitos sexuais e reprodutivos;
8. da ênfase nas ações de caráter emergencial na abordagem às situações de violência sexual, secundarizando as ações primárias de saúde;
9. da restrição na inclusão da prevenção da violência sexual nos programas de saúde.

Essas situações trazem desafios para o Núcleo no ensino, na pesquisa e na extensão. No ensino, um dos desafios é formar profissionais capazes de atuar nas políticas sociais públicas que incluam a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, especificamente no tocante à violência sexual contra a mulher. Outro desafio é habilitar os profissionais para a compreensão do cotidiano da população e sua relação com os serviços de prevenção à violência sexual, no sentido de democratizar informações e garantir respostas às demandas colocadas pelos usuários dos serviços. Por fim, capacitá-los para o desenvolvimento de práticas educativas e produção de material educativo, confeccionado a partir da realidade de vida do usuário.

Na pesquisa, um dos desafios sobre o tema da violência sexual contra a mulher é responder as seguintes questões: que respostas são dadas às situações de violência sexual contra a mulher pelos serviços de saúde nos diferentes níveis de atenção? De

que maneira a formação profissional na área da saúde dialoga com as políticas setoriais de prevenção da violência contra a mulher? Como ocorre a articulação entre as políticas setoriais voltadas para a prevenção da violência sexual? Qual a eficácia e a efetividade das políticas setoriais de prevenção da violência sexual? Quais as formas de participação dos diferentes atores sociais na política de prevenção da violência contra a mulher?

Cada uma dessas questões pode se constituir em diferentes objetos de investigação capazes de produzir dados e textos sobre o tema, garantindo visibilidade e construção de alternativas de enfrentamento à violência sexual.

A extensão coloca em evidência o desafio de formar e capacitar profissionais de saúde com perfil alinhado aos princípios de universalidade, equidade e integralidade. Entende-se que a prevenção da violência sexual contra a mulher, num contexto de integralidade, inclui uma atuação interdisciplinar voltada para a implantação de uma rede intersetorial de atendimento.

A atuação profissional voltada para a prevenção da violência sexual contra a mulher é concebida como prático-interventiva, que exige análises e interpretações dos comportamentos sociais e sexuais, pressupondo a incorporação das discussões sobre sexualidade e gênero.

O caráter extensionista do Núcleo viabiliza e fortalece o compromisso da universidade pública em atender demandas reais e emergentes de parcelas da sociedade brasileira, no âmbito da concretização e expansão das políticas sociais públicas voltadas para a implantação e implementação dos direitos sexuais e reprodutivos.

A trajetória do Núcleo aponta para uma inter-relação entre as diferentes instituições públicas e privadas da sociedade no sentido de capacitar os alunos para um efetivo exercício profissional. Avalia-se que os resultados apresentados contribuem para reafirmar a construção e consolidação de uma universidade pública, democrática e cidadã, que tem como postulados ético-morais o compromisso com o conhecimento científico, e em particular com aquele voltado para o desenvolvimento e transformação do quadro epidemiológico da saúde reprodutiva no Brasil.

REFERENCIAS

- 1 - Cavalcanti LF. Ações da assistência pré-natal voltadas para a prevenção da violência sexual: representação e práticas dos profissionais de saúde [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz; 2004.
- 2 - Brasil. Ministério da Saúde, Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes – Normas técnicas. Brasília: Ministério da Saúde; 1999.
- 3 - Iamamoto MV. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez; 1999.
- 4 - Drezet J. Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas [Tese de doutoramento]. São Paulo: Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil; 2000.
- 5 - Estebanez P. Atención primaria a las mujeres en situación de riesgo socio-sanitario. In: La salud de las mujeres en atención primaria. Madrid: Federación de Asociaciones para la Defensa de la Sanidad Pública; 1991. p. 241-286.
- 6 - Winters M. La violencia en contra de la mujer. In: Shapiro E, organizador. Nuestros cuerpos, nuestras vidas. The Boston Women's Health Book Collective. New York: Seven Stories Press; 2000. p. 167-186.
- 7 - Diniz SG. A violência de gênero como questão de saúde. <http://www.url.violenciadegenero.htm> (acessado em 11/Mai/2000).
- 8 - WHO (World Health Organization). World report on violence and health. Geneva: World Health Organization; 2002.
- 9 - Faúndes A. Assistência integral à mulher vítima de violência sexual. *Jornal da FEBRASGO* 2000; 4:4-5.

Recebido em: 20/01/2005

Aprovado em: 18/05/2005